

# SC perdeu R\$ 86 milhões na venda de papéis

*Prejuízo é maior do que o estimado inicialmente, por causa de manobra no registro dos títulos*

RIBAMAR OLIVEIRA

**B**RASÍLIA — O contribuinte de Santa Catarina perdeu mais com a emissão de títulos do Estado feita em outubro pelo governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) do que se estimou inicialmente. No começo, o senador Vilson Kleinubing (PFL-SC) calculou que os papéis foram vendidos pelo Estado com desconto de R\$ 79 milhões. O número não foi contestado por Paulo Afonso.

Agora, depois que novos detalhes da operação foram conhecidos, dois funcionários do Banco Central garantiram ao Estado que o desconto foi, no mínimo, de R\$ 86 milhões. Esta foi a perda para os cofres catarinenses. Para se ter uma idéia do que esse valor representa, o Estado arrecada por mês em impostos cerca de R\$ 140 milhões.

Como os títulos estaduais são de difícil aceitação no mercado, costumam ser oferecidos pelos governadores sempre com deságio. Esse desconto aumenta a remuneração dos papéis para quem os compra e, assim, tornar possível a colocação dos títulos. Mas, ao fazer isso, o governador recebe menos dinheiro com a venda.

No caso de Santa Catarina, as mesmas fontes do Banco Central estimaram que o governador Paulo Afonso ficou com apenas R\$ 518 milhões nos cofres do Estado, de uma emissão total de R\$ 604,46 milhões. O contribuinte catarinense terá de pagar no futuro — ou seja, no momento do vencimento dos títulos — R\$ 604,46 milhões, e não R\$ 518 milhões.

O Senado autorizou o governador de Santa Catarina a emitir

552.125 Letras Financeiras. Cada título tinha como valor de face R\$ 1 mil. Portanto, a conta feita inicialmente por todos foi de que o valor total da operação tinha sido de R\$ 552,125 milhões. Mas um detalhe modificou esse cálculo. A Resolução 76 do Senado determinou que a data-base dos títulos — ou seja, o dia em que entra em vigor o valor de face do papel — era 31 de maio deste ano.

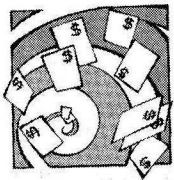
**Preço** — Com essa manobra, o valor de face de cada título, que os especialistas chamam de “preço unitário”, ou PU, passou a ser de R\$ 1.094,80 no momento em que a operação foi registrada. Desta forma, no dia da autorização dada pelo Senado, 15 de outubro, a emissão já atingia R\$ 604.468,00 (valor que é obtido pela multiplicação do número de títulos pelo valor de face no dia do registro, 22 de outubro).

O aumento do preço unitário parece mágica, mas decorre apenas da remuneração que os papéis tiveram de 31 de maio até 15 de outubro.

Essa remuneração é calculada pela chamada taxa Selic, que é a taxa

de referência usada pelo Banco Central e reflete os juros médios praticados nas operações com títulos emitidos pelo governo federal. Portanto, é preciso corrigir os papéis por essa remuneração — coisa fácil, pois é apenas a aplicação de um índice ao valor original.

A emissão dos títulos catarinenses foi autorizada pelo Senado no dia 15 de outubro. No dia 18, o chefe do departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, e o chefe-adjunto, Ari Pereira da Cruz, encaminharam um ofício à Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip), pedindo o registro da operação. O registro foi feito pela Cetip no dia 22.



**R**ECEITA  
MENSAL DO  
ESTADO É DE  
R\$ 140 MILHÕES